



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado Científico – Ciências Jurídico-Políticas – Ciências Jurídico-Internacionais

### Direito Internacional Público I

**Tema: Os sistemas contemporâneos de Justiça Internacional: configuração e (des)articulação**

Unidade curricular

**Direito Internacional Público I** – 2.º Ciclo – Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas – Especialização em Ciências Jurídico-Internacionais.

A unidade curricular visa o estudo dos principais sistemas de justiça internacional contemporânea – universal e regional, de âmbito geral e especializado em razão da matéria –, bem como das relações entre os mesmos e entre estes e a Ordem Jurídica Portuguesa e a Ordem Jurídica da União Europeia.

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 40 horas TP

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Objectivos da aprendizagem (conhecimentos técnico-jurídicos):

- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional;

- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento dos principais sistemas de justiça internacional contemporâneos com vista à utilização desses sistemas.

Objectivos da aprendizagem (aptidões e competências):

- a análise crítica comparativa dos elementos estruturantes dos sistemas (análise crítica transversal comparada);

- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para a evolução do Direito Internacional (geral e especializado em razão da matéria);

- a compreensão crítica da relação entre os diversos sistemas e da relação entre a Ordem Jurídica da União Europeia e nacional e esses sistemas (estádio actual e perspectivas de evolução);

- a aquisição de competências essenciais para utilizar cada um ou vários desses sistemas em função dos litígios concretos e dos direitos envolvidos, em especial os sistemas transnacionais que permitem o acesso de sujeitos não estaduais.

Conteúdos programáticos

#### **1 INTRODUÇÃO**

1.1 Resolução de diferendos internacionais 1.2 Justiça internacional e especialização do Direito Internacional, fontes e sujeitos 1.3 Justiça Internacional: delimitação do conceito 1.4 Tipologias de Justiça Internacional 1.6 Justiça internacional: elementos estruturantes

#### **2 JUSTIÇA INTERNACIONAL UNIVERSAL**

2.1 **Justiça de âmbito genérico** (o TIJ)

2.2 **Justiça especial** 2.2.1 Justiça internacional penal (Os TPI ad hoc para a Ex-Jugoslávia e o Rwanda; O TPI; Os tribunais mistos 2.2.2 Justiça internacional do mar (o TIDM) 2.2.3 Justiça internacional económica (O sistema da OMC)

2.2.4 Justiça internacional administrativa

#### **3 JUSTIÇA INTERNACIONAL REGIONAL**

3.1 **Justiça de âmbito genérico** 3.1.1. Europa: o TJUE 3.1.2 Africa: o Tribunal da UA e o TAJDH; O Tribunal da CDAA



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

3.2 **Justiça especial** 3.2.1 Protecção dos direitos do homem 3.2.1.1 Europa: a CEDH e o TEDH 3.2.1.2 América: a CADH e o TIADH 3.2.1.3 África: a CADHP e o TADHP Em matéria económica: o sistema do Mercosul e o TPR 3.2.3 Outros exemplos

#### 4. A RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE JUSTIÇA INTERNACIONAL E SUA CONCRETIZAÇÃO

#### 5. A JUSTIÇA INTERNACIONAL, A ORDEM JURÍDICA DA UNIÃO EUROPEIA E A ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem completa dos aspectos principais dos sistemas contemporâneos de justiça internacional numa dupla perspectiva: a perspectiva comparativa transversal a partir dos seus elementos estruturantes e a perspectiva de cada sistema individualmente considerado, quer na sua vertente material, quer na sua vertente processual. Tal abordagem permite o conhecimento desses sistemas com vista à sua utilização futura – em razão da matéria envolvida no diferendo a resolver.

Por seu lado, os conteúdos programáticos englobam uma abordagem do seu relacionamento com as ordens jurídicas portuguesa e da União Europeia, tendo em conta que a resolução de diferendos e a protecção de direitos tem lugar hoje ao nível nacional e transnacional – em especial regional europeu. Tal abordagem permite o conhecimento dessas relações com vista à articulação, em cada caso, dos meios nacionais e transnacionais relevantes para a resolução de diferendos.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino assenta em três vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões; a análise e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa aos principais sistemas de Justiça Internacional e dos textos que os instituem; a elaboração de simulação (Ex. petição individual ao TEDH) – de acordo com a indicação prévia das matérias e da jurisprudência e outros documentos para preparação da aula por parte dos mestrandos. Para o efeito, privilegia-se a utilização da plataforma de *e-learning* da Universidade de Lisboa, com uma página própria para a unidade curricular.

A metodologia de avaliação assenta em dois vectores: uma componente prática (análise crítica de jurisprudência, comentário de artigo dos Tratados que instituem sistemas de justiça internacional ou elaboração de pela processual); uma componente de investigação e elaboração de trabalho escrito sobre um tema específico do programa de acordo com a formação e os interesses individuais dos mestrandos.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e modo de funcionamento dos vários sistemas objecto de estudo.

A análise e comentário crítico dos textos institutivos dos sistemas de justiça internacional (artigos temáticos) e da jurisprudência, bem como a elaboração de simulações (sob a forma de peças processuais) permite em especial uma compreensão do modo de funcionamento dos sistemas na prática – em termos materiais e processuais – com vista à sua utilização face a um litígio concreto – sistema ou sistemas relevantes e modo de articulação entre o nível nacional e transnacional.

Bibliografia principal

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010  
AAVV, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.<sup>a</sup> ed., 2006  
MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos básicos*, Lisboa, AAFDL, 2006  
CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003  
CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009  
MALCOLM N. SHAW, *International Law*, 6.<sup>a</sup> ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2008  
RUTH MACKENZIE, CESARE ROMANO, YUVAL SHANY E PHILIPPE SANDS, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.<sup>a</sup> ed., Oxford, University Press, 2010  
YUVAL SHANY, *Assessing the Effectiveness of International Courts*, Oxford, University Press, 2014



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

YUVAL SHANY, *The competing Jurisdictions of International Courts and Tribunals*, Oxford, University Press, 2003  
CESARE ROMANO, KAREN ALTER, YUVAL SHANY, *The Oxford handbook of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2014  
TOBIAS LOCK, *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford (no prelo, 2015)  
MANUEL DIEZ DE VELASCO, *Las Organizaciones Internacionales*, 16.ª ed., Madrid, Tecnos, 2010  
ANTONIO CASSESE, *International Law*, 2.ª ed., Oxford, University Press, 2005  
PATRICK DAILLIER, MATHIAS FORTEAU e ALAIN PELLET, *Droit International Public*, 8.ª ed., Paris, LGDJ, 2009

### Ficha de unidade curricular

#### Curso de Mestrado Científico – Ciências Jurídico-Políticas – Ciências Jurídico-Internacionais

#### Direito Internacional Público II

#### Tema: O papel da Actuação Externa da União Europeia no Mundo Global

##### Unidade curricular

**Direito Internacional Público) II** – 2.º Ciclo – Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas – Especialização em Ciências Jurídico-Internacionais.

A Unidade Curricular visa, no quadro das relações internacionais contemporâneas, o estudo da (re)configuração da União Europeia como actor da Ordem Jurídica Internacional após o Tratado de Lisboa e respectivos competências e instrumentos no quadro da Ordem Jurídica da União Europeia.

##### Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 40 horas TP

##### Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

##### Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Objectivos da aprendizagem (conhecimentos técnico-jurídicos):

- a aquisição dos conhecimentos e conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à problemática da sociedade internacional, das relações internacionais e do Direito Internacional Público
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a União Europeia enquanto actor global das relações internacionais e da Ordem Jurídica Internacional à luz da sua reconfiguração decorrente do Tratado de Lisboa

Objectivos da aprendizagem (aptidões e competências):

- a análise crítica da progressiva configuração da União Europeia enquanto sujeito das relações internacionais e dos instrumentos da sua acção externa
- análise crítica dos desafios que se colocam à União Europeia enquanto actor global no quadro universal e regional

##### Conteúdos programáticos

I – Introdução: sociedade internacional, sujeitos e fontes de regulação e principais dimensões das relações internacionais contemporâneas e do Direito Internacional Público

II - A União Europeia enquanto actor global da Ordem Jurídica Internacional

- 1 – A Actuação Externa da União Europeia após o Tratado de Lisboa: traços e inovações principais.
- 2 – Valores, democracia e legitimidade na Actuação Externa da União Europeia.
- 3 – Os novos traços da Actuação Externa da União Europeia: o Serviço Europeu para a Acção Externa.
- 4 – Outros traços novos da Actuação Externa da União Europeia: em especial as medidas restritivas, a cláusula de solidariedade e a cooperação estruturada permanente.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- 5 – Estrutura institucional e instrumentos jurídicos da Actuação Externa da União Europeia.
- 6- O controlo jurisdicional da Actuação Externa da União Europeia.
- 7 – A União Europeia enquanto actor internacional ‘novo’: os desafios de um mundo global em rápida mudança
- 8 – A Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa: o papel da União Europeia na paz e segurança internacionais
- 9 – A União Europeia e as Organizações Internacionais e a Justiça Internacional.
- 10 – A política externa global e regional da União Europeia: em especial as relações entre a União Europeia e a África e entre a União Europeia e a América Latina (em especial o Brasil e o Acordo UE-Mercosul).

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem completa dos aspectos principais da sociedade internacional das relações internacionais e do direito internacional público enquanto enquadramento e pressuposto da compreensão da configuração da União Europeia como actor global das relações internacionais contemporâneas à luz do Tratado de Lisboa

Os conteúdos programáticos integram também o estudo dos principais aspectos relativos à configuração da União Europeia como actor internacional partindo da sua personalidade jurídico-internacional, incluindo as suas vertentes, os instrumentos de actuação, as diversas dimensões da sua acção externa e sua articulação com a actuação dos Estados membros, os desafios actuais em especial no domínio da paz e da segurança internacionais e o seu relacionamento, com diversos blocos regionais.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino assenta em três vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões; a análise e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa à configuração da União Europeia como sujeito das relações internacionais e sua actuação; a análise e comentário crítico de fontes internacionais e documentos relativos à acção externa da União Europeia e seu papel nas relações internacionais – de acordo com a indicação prévia das matérias e da jurisprudência e outros documentos para preparação da aula por parte dos mestrandos. Para o efeito, privilegia-se a utilização da plataforma de *e-learning* da Universidade de Lisboa, com uma página própria para a unidade curricular.

A metodologia de avaliação assenta em dois vectores: uma componente prática (análise crítica de jurisprudência, de fontes internacionais e documentos relativos à acção externa da União Europeia ou comentário a base jurídica); uma componente de investigação e elaboração de trabalho escrito sobre um tema específico do programa de acordo com a formação e os interesses individuais dos mestrandos.

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à problemática da sociedade internacional e das relações internacionais e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e configuração da União Europeia como sujeito e ator das relações internacionais contemporâneas globais.

A análise e comentário crítico de jurisprudência, fontes internacionais e documentos relativos à acção externa da União permite em especial uma compreensão crítica da actuação da União como sujeito das relações internacionais, do seu efectivo contributo para o desenvolvimento da sociedade internacional e dos principais desafios que se colocam nas relações internacionais contemporâneas.

#### Bibliografia principal

- PEREIRA COUTINHO, Luís, *A Realidade Internacional – Introdução à Teoria Geral das Organizações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2011
- SERGE SUR, *Relations Internationales*, 6.<sup>a</sup> ed., Paris, Montchrestien, 2011
- RANGEL DE MESQUITA, Maria José, *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011
- BAERE, Geer De, *Constitutional Principles of EU External Relations*, Oxford, University Press, 2008
- CREMONA, Marise (Ed.), *Developments in EU External Relations Law*, Oxford, University Press, 2008
- CREMONA, Marise e DE WITTE, Bruno (ed.), *EU Foreign Relations Law: Constitutional Fundamentals*, Oxford and Portland, Oregon, Hart Publishing, 2008



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

DASHWOOD, Alan e MARESCEAU, Marc (Eds.), *Law and Practice of EU External Relations. Salient Features on a Changing Landscape*, Cambridge, University Press, 2008  
PAUL JAMES CARDWELL, *EU EXTERNAL Relations Law and Policy in the Post-Lisbon Era*, TMC Asser Press, 2012  
BART VAN VOOREN, RAMSES A. WESSEL, *EU External Relations Law. Text, cases and materials*, Cambridge University Pressm 2014  
INGE GOVAERE ET AL, *THE European Union in the World, Essys in honour of Professor Marc Maresceau*, Martinus Nijhoff Publishers, 2014  
DAVID SPENCE, JOZEF BÁTORA (Ed.), *The European External Action Service. European Diplomacy Post-Westphalia*, Palgrave Macmillan, 2015  
HILL, Christopher e SMITH, Michael (Ed.) – *International Relations and the European Union*, Oxford, University Press, 2005  
KOUTRAKOS, Panos, *EU International Relations Law*, Oxford, Hart, 2006  
NEFRAMI, Eleftheria, *L'action extérieure de l'Union européenne. Fondements, moyens, principes*, Paris, L.G.D.J., 2010

## Curricular unit sheet

### Course - Master in Law - Political and Juridical Sciences – Juridical-International Sciences

#### Public International Law I

#### **Theme: Contemporary systems of International Justice: configuration and problems of relationship**

##### Curricular unit

**Public International Law I** - 2nd Cycle – Master in Law – Political and Juridical Sciences – Juridical-International Sciences.

The curricular unit aims at the study of the main systems of contemporary international justice – universal and regional, general and specialized *ratione materiae* – as well their respective relationship and the relationship with the Portuguese legal order and the European Union legal order.

##### Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 40 hrs TP

##### Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

##### Learning outcomes of the curricular unit

Learning outcomes (juridical knowledge):

- to acquire the relevant technical-juridical key concepts which are essential to understand the problematic of the international justice systems;
- to acquire knowledge on the juridical nature and the way of functioning of the main international justice systems in order to know how to use those systems in practice.

Learning outcomes (skills and competences):

- critical analysis of those systems regarding its basic structural elements (transversal critical comparative analysis);
- critical analysis of the case law produced by those systems (both international courts and international jurisdictional institutions) as well as of its contribute to the development of the (general and specialized) International Law);
- critical comprehension of the relationship between those systems of contemporary international justice as well as of the relationship between the EU legal order and the Portuguese legal order and those systems (current state and perspectives of evolution);
- acquire the necessary skills to be able to use each of those systems according to the dispute to be solved and the rights involved in dispute, specially of the transnational systems opened to non-state subjects (individuals and others).



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Syllabus

### 1 INTRODUCTION

1.1 Settlement of international disputes 1.2 International Justice and International law (specialization, sources and subjects) 1.3 International Justice: concept 1.4 International Justice: categories 1.6 International justice: structural elements

### 2 UNIVERSAL INTERNATIONAL JUSTICE

2.1 **General scope** (the ICJ)

2.2 **Special scope** 2.2.1 International Criminal Law (the ICC *ad hoc* for Ex-Yougoslavia and Rwanda; the ICC; the mixed tribunals 2.2.2 Law of the Sea (the ITLOS) 2.2.3 International trade (The WTO system) 2.2.4 International administrative tribunals

### 3 REGIONAL INTERNATIONAL JUSTICE

3.1 **General scope** 3.1.1. Europe: the CJUE 3.1.2 Africa: the Court of the AU and the ACJHR; the SADC Court

3.2 **Special scope** 3.2.1 Protection of human rights 3.2.1.1 Europe: the ECHR and the ECtHR 3.2.1.2 America: the ACHR and the IACHR 3.2.1.3 Africa: the ACHPR and the ACourtHPR 3.2.2 Economic integration: the Mercosur system 3.2.3 Other examples

### 4. THE RELATIONSHIP BETWEEN THE SYSTEMS OF INTERNATIONAL JUSTICE AND THEIR PRACTICE

### 5. THE INTERNATIONAL JUSTICE, THE EU LEGAL ORDER AND THE PORTUGUESE LEGAL ORDER

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The syllabus includes a complete approach of the main aspects of the contemporary systems of international justice in a dual perspective: the horizontal comparative perspective based on their structural elements and the individual perspective of each system both in its material and procedure features. Such approach allows the knowledge of such systems aiming at its future use according to the nature of the dispute to be solved through such systems.

Moreover, the syllabus includes the approach of the relationship between the mentioned systems and the portuguese an EU legal orders, considering that the dispute settlement and the protection of rights takes place at present both at national and transnational level, specially at regional european level. This approach allows the knowledge of such relationships aiming at the coordination, in each case, of the national and transnational relevant means in order to solve the disputes.

### Teaching methodologies (including evaluation)

Teaching methodologies are based in three elements: a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expositive method and the identification of the main problematic juridical issues; the critical analysis of the relevant case law and of selected material and procedural rules of the systems ; the drafting of a procedural piece – according to previous identification of the topics to be analysed and of the relevant documents and doctrine for previous preparation by the students. In this respect priority is given to the use of the *e-learning* platform of the University of Lisbon with a specific page for this curricular unit.

Evaluation methodology is based in two elements: a practical element (critical analysis of case law, critical analysis of selected rules guiding the systems or procedural piece); and a research element in order to write a paper on a specif topic according to the background of the students (law, international relations, other) ant their individual thematic preferences.

### Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The theoretic introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding the systems of international justice as well of the knowledge on the nature and modus operandi of each system.

The critical analysis of the rules os each system (selected material and procedural rules) as well of the case law and the drafting of a procedural piece allows in particular the comprehension of the system in practice, aiming at its use when facing a concrete dispute – identifying the relevant systems or systems that may be used and how they relate to the national level.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Main Bibliography

- MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010  
AAVV, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª ed., 2006  
MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos básicos*, Lisboa, AAFDL, 2006  
CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003  
CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009  
MALCOLM N. SHAW, *International Law*, 6.ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2008  
RUTH MACKENZIE, CESARE ROMANO, YUVAL SHANY E PHILIPPE SANDS, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.ª ed., Oxford, University Press, 2010  
YUVAL SHANY, *Assessing the Effectiveness of International Courts*, Oxford, University Press, 2014  
YUVAL SHANY, *The competing Jurisdictions of International Courts and Tribunals*, Oxford, University Press, 2003  
CESARE ROMANO, KAREN ALTER, YUVAL SHANY, *The Oxford handbook of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2014  
TOBIAS LOCK, *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford (no prelo, 2015)  
MANUEL DIEZ DE VELASCO, *Las Organizaciones Internacionales*, 16.ª ed., Madrid, Tecnos, 2010  
ANTONIO CASSESE, *International Law*, 2.ª ed., Oxford, University Press, 2005  
PATRICK DAILLIER, MATHIAS FORTEAU e ALAIN PELLET, *Droit International Public*, 8.ª ed., Paris, LGDJ, 2009

#### Curricular unit sheet

### Course - Master in Law - Political and Juridical Sciences – Juridical-International Sciences

#### Public International Law II

#### Theme: EU External Action Role in a Global World

##### Curricular unit

**Public International Law II** - 2nd Cycle – Master in Law – Political and Juridical Sciences – Juridical-International Sciences.

The curricular unit aims at the study, within the framework of the contemporary International Relations, of the new features of the European Union as an actor of the International Relations after the Treaty of Lisbon and its main competences and instruments within the European Union Legal Order

##### Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 40 hrs TP

##### Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

##### Learning outcomes of the curricular unit

Learning outcomes (juridical knowledge):

- knowledge on juridical concepts essential to the understanding of the problematic of the contemporary international society, international relations and international public law
- knowledge on the European Union as a global actor of the international relations as re-shaped in the light of the Treaty of Lisbon

Learning outcomes (skills and competences):

- critical analysis of the progressive shaping of the EU as an actor of the international relations and its instruments
- critical analysis of the main challenges of the EU as a global actor in a universal and regional framework



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Syllabus

I – Introduction: international society, actors and sources, dimensions of contemporary international relations and Public International Law

II – The European Union as a global actor of the Public International Legal Order

- 1 - EU External Action after Lisbon: main features and innovations
- 2 - Values, democracy and legitimacy in the EU External Action
- 3 – The *new features* of the EU External Action: the European External Action Service
- 4 – Other *new features* of the EU External Action: namely restrictive measures, solidarity clause, and permanent structured cooperation
- 5 - Institutional framework and legal instruments of EU External Action
- 6 – The judiciary control of the EU External Action
- 7 – The EU as a ‘new’ international actor: the challenges of a fast changing global world
- 8 – The CFSP and CSDP: the role of the EU in the world peace and security
- 9 – The EU and International Organisations and International Justice
- 10 – Global and regional EU foreign policy: especially the relations between EU and Africa and EU and Latin America (mainly Brazil), specially the EU-Mercosur agreement

### Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit’s objectives.

The syllabus includes a complete approach of the main aspects of international society, of international relations and of public international law as the framework and point of departure for the understanding of the European Union as a global actor of the contemporary international relations.

Moreover, the syllabus includes the approach of the main aspects on the shaping of the EU as an international actor based on its international personality, including its various dimensions, its instruments of action, the different dimensions of its external action and the cooperation with its members states, the current challenges specially regarding peace and international security as well as its relationship with other main regional international actors.

### Teaching methodologies (including evaluation)

Teaching methodologies are based in three elements: a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expositive method and the identification of the main problematic juridical issues; the critical analysis of the relevant case law on the shaping of the EU as a global actor and its performance ; the critical analysis of selected material international sources of law and documents on the external action of the EU and its role in the international relations – according to previous identification of the topics to be analysed and of the relevant case law and documents and doctrine for previous preparation by the students. In this respect priority is given to the use of the *e-learning* platform of the University of Lisbon with a specific page for this curricular unit.

Evaluation methodology is based in two elements: a practical element (critical analysis of case law, critical analysis of selected sources of law and other documents on the EU external action or commentary to legal source); and a research element in order to write a paper on a specific topic according to the background of the students (law, international relations, other) and their individual thematic preferences.

### Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The theoretic introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding international society, international relations and international public law as well of the main knowledge on the EU as subject and actor of contemporary global international relations.

The critical analysis of the selected case law, international sources of law and documents on the EU external action allows in particular the critical comprehension of the role of the EU as an actor of international relations, its effective contribute for the development of international society and the its main challenges of contemporary international relations.

### Main Bibliography

PEREIRA COUTINHO, Luís, *A Realidade Internacional – Introdução à Teoria Geral das Organizações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2011



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- SERGE SUR, *Relations Internationales*, 6.<sup>a</sup> ed., Paris, Montchrestien, 2011
- RANGEL DE MESQUITA, Maria José, *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011
- BAERE, Geer De, *Constitutional Principles of EU External Relations*, Oxford, University Press, 2008
- CREMONA, Marise (Ed.), *Developments in EU External Relations Law*, Oxford, University Press, 2008
- CREMONA, Marise e DE WITTE, Bruno (ed.), *EU Foreign Relations Law: Constitutional Fundamentals*, Oxford and Portland, Oregon, Hart Publishing, 2008
- DASHWOOD, Alan e MARESCEAU, Marc (Eds.), *Law and Practice of EU External Relations. Salient Features on a Changing Landscape*, Cambridge, University Press, 2008
- PAUL JAMES CARDWELL, *EU EXTERNAL Relations Law and Policy in the Post-Lisbon Era*, TMC Asser Press, 2012
- BART VAN VOOREN, RAMSES A. WESSEL, *EU External Relations Law. Text, cases and materials*, Cambridge University Pressm 2014
- INGE GOVAERE ET AL, *THE European Union in the World, Essays in honour of Professor Marc Maresceau*, Martinus Nijhoff Publishers, 2014
- DAVID SPENCE, JOZEF BÁTORA (Ed.), *The European External Action Service. European Diplomacy Post-Westphalia*, Palgrave Macmillan, 2015
- HILL, Christopher e SMITH, Michael (Ed.) – *International Relations and the European Union*, Oxford, University Press, 2005
- KOUTRAKOS, Panos, *EU International Relations Law*, Oxford, Hart, 2006
- NEFRAMI, Eleftheria, *L'action extérieure de l'Union européenne. Fondements, moyens, principes*, Paris, L.G.D.J., 2010